A ATUAÇÃO DA IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS: os conflitos argumentativos em torno das sementes transgênicos no Rio Grande do Sul

PETRARCA, Fernanda Rios
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: f.petrarca@uol.com.br

RESUMO
Esse artigo apresenta uma análise das notícias publicadas sobre as sementes transgênicas nos jornais gaúchos voltados a um "jornalismo comercial" e aqueles vinculados ao chamado "ecojornalismo". A análise permitiu mostrar certos confrontos entre os principais modelos argumentativos utilizados pelos jornais na produção de informações sobre os transgênicos, bem como contribuiu para revelar que os dois espaços de produção de notícias ambientais considerados possuem dinâmicas de funcionamento, formas de organização e esquemas de percepção que se diferenciam.

Palavras-chave: Jornalismo. Imprensa. Transgênico. Notícias Ambientais.

1 INTRODUÇÃO

Os organismos geneticamente modificados, mais conhecidos como transgênicos, têm sido nos últimos anos amplamente debatidos e discutidos por grupos ambientalistas, organizações governamentais ambientais, formuladores de políticas e medidas estatais e pelas universidades. A elaboração de leis, decretos e medidas para regulamentar a prática de pesquisa, a plantação e a venda de alimentos e sementes geneticamente modificadas tem provocado um intenso debate que encontra na imprensa uma maneira de ser publicamente divulgado. Nesse sentido, a imprensa se constitui como um espaço de uma intensa disputa entre diferentes atores que estão interessados em impor uma definição legítima a respeito desses organismos.

Em função disso, esse texto demonstra a forma como foram construídas notícias a respeito dos transgênicos nos anos de 2000, 2001 e 2002 nos jornais voltados a um público diversificado e amplo, denominados como "jornalismo de grande imprensa", e aqueles que se dedicam à produção exclusiva de notícias ambientais atingindo a um público mais específico, autoproclamado "jornalismo ambiental" [2]. O trabalho centrou-se nesse período devido a uma série de medidas governamentais adotadas para regular a produção e distribuição dos alimentos geneticamente modificados no Rio Grande do Sul.

Dentre essas medidas estão o decreto assinado pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1999 [3], regulamentando a lei estadual [4] que determinava a notificação ao poder público estadual das áreas onde há pesquisas com transgênicos e exigindo a apresentação de estudos de impacto ambiental (Eia-Rima). No mesmo ano houve um projeto de lei do deputado Elvino Bohn Gass do Partido dos Trabalhadores (PT) para vedar o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs) no Estado do Rio Grande do Sul, salientando outras providências (SILVEIRA; ALMEIDA, 2000). Em meio a essas discussões que foram sendo levantadas passaram a circular diversos projetos de lei contra e a favor da posição do governo.

Ainda no ano de 1999 é aprovado na Assembléia Legislativa o projeto de lei do deputado Frederico Antunes, do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Tal projeto revogava a Lei Estadual n. 9.453, que regulamentava a fiscalização sobre os transgênicos, proibindo assim o Estado de fiscalizar os organismos geneticamente modificados (OGM). Entretanto o governador veta a lei, alegando inconstitucionalidade, e em abril de 2000 os deputados da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul derrubam o veto de Olívio Dutra.

Em outubro de 2001 a Assembléia Legislativa aprovou duas emendas apresentadas pelo deputado Bernardo de Souza, líder do Partido Popular Socialista (PPS). A primeira emenda torna obrigatória a informação "produzido a partir da utilização de organismo geneticamente modificado" no rótulo de produtos que, durante alguma etapa do processo, tenham utilizado elemento transgênico. Já a segunda emenda autoriza a impressão, no rótulo dos alimentos que não tenham a presença de tais organismos no seu processo produtivo, da expressão "produto não transgênico". Em 16 de novembro do mesmo ano, o governador Olívio Dutra sancionou a lei tornando obrigatória tal informação ao consumidor.

Em meio a essa diversidade de posicionamentos e decisões governamentais, o tema “organismos geneticamente modificados”, passou a ser amplamente discutido. Intensificou-se a atividade de mobilização das organizações ambientalistas, bem como a promoção por parte do Estado e de universidades de um conjunto de seminários e palestras para tratar e discutir o tema. Assim, ele passou a ocupar o cenário do debate público com ampla divulgação na imprensa e na mídia como um todo.

De acordo com as perspectivas teóricas que norteiam esse trabalho, para que um problema determinado seja reconhecido como um problema social, que exija medidas e regulamentações, não basta a existência de condições objetivas que lhe permitam dar origem, é ainda necessário que esse problema se torne objeto de atenção social, sendo reconhecido como assunto público por grupos sociais. A existência de plantações ou pesquisas com alimentos geneticamente modificados, por exemplo, não constitui o fator explicativo preponderante para a emergência e caracterização desse como um problema social. É preciso também que esse assunto seja visto, reconhecido e definido por um conjunto de atores sociais como um problema que requer a adoção de medidas. Participam desse processo de construção de problemas as atividades reivindicatórias de grupos, a criação de novas leis, os conflitos processados pelos tribunais, a definição de políticas públicas e o trabalho da mídia. A mídia se constitui como um espaço de publicização e um dos principais instrumentos utilizados por grupos sociais para realizar o trabalho de divulgação dos problemas sociais, pois a cobertura dos meios de comunicação e a visibilidade midiática são cruciais para que os problemas entrem na área do discurso público, tornando-se uma das preocupações sociais do

momento (BLUMER, 1971; CHAMPAGNE, 1997, 1998b; FUKS, 2001; HANNIGAN, 1995; LENOIR, 1998).

A imprensa compõe o quadro dos novos atores que passam a ter uma atuação destacada em torno dos problemas sociais. Mas ela não fornece apenas informações sobre os fatos, ela também os produz ao privilegiar certas interpretações desses, contribuindo assim para fabricar o sentido dos acontecimentos e uma definição social desses. A luta simbólica da imprensa se expressa pelo seu desafio de impor um certo ponto de vista ou uma certa visão sobre o mundo social como correta ou verdadeira. O discurso midiático é parte de um processo pelo qual os jornalistas desenvolvem e cristalizam significados no discurso público (BOURDIEU, 1997; CHAMPAGNE, 1997, 1998a).

Além disso, os jornais não apresentam o assunto da mesma forma, nem tampouco salientam os mesmos aspectos como relevantes para debater determinado tema. De acordo com suas estruturas editoriais e interesses específicos, as narrativas jornalísticas a respeito de certos problemas sociais diversos se diferenciam. Contribui para essa diferenciação a capacidade que cada jornal possui para produzir notícias. Tal capacidade está relacionada ao número de repórteres, ao tempo que o veículo disponibiliza para produzir matérias, bem como o espaço possível para apresentar as informações dentro do jornal e a seção específica em que ela é colocada. Esses recursos funcionam ao mesmo tempo como um dos limitadores da ação da imprensa (BOSK, 1988; GAMSON, 1989).

2 OS MODELOS ARGUMENTATIVOS E OS TRANSGÊNICOS NA IMPRENSA

Esse estudo concentrou a análise das notícias sobre os transgênicos, por um lado, em jornais voltados à comercialização e que se dedicam à produção de matérias destinadas a um público amplo e diversificado. Em função da tiragem e circulação na capital e no interior do estado do RS, foram considerados os jornais Zero Hora e Correio do Povo. Por outro lado, jornais que dedicam uma cobertura específica sobre a temática ambiental, dentre os quais podemos colocar o informativo eletrônico Agir Azul na Rede e Ambienta Já.

Para analisar a construção dessas notícias esse trabalho recorreu ao modelo, proposto por alguns autores (BOSK, 1988; FUKS, 2001; GAMSON, 1989), denominado “esquemas argumentativos”. Tais esquemas constituem o conjunto de argumentos que os jornais utilizam para expor uma determinada compreensão do problema. A notícia é uma realidade construída em que os jornalistas definem e redefinem os significados sociais como parte de sua rotina de trabalho. Os “pacotes interpretativos” são dispositivos organizacionais que ajudam o jornalista a formar um sentido para as

questões e acontecimentos e através disso injetar-lhe um significado. Contribuem para a produção desses esquemas as capacidades, já citadas anteriormente, que os jornais possuem, bem como suas práticas, o uso de metáforas, imagens, recorrência a determinadas fontes no corpo da notícia e a influência de fatores externos, tais como mobilização de grupos, elaboração de leis e medidas governamentais. Os fatores externos constituem um dos determinantes que contribuem para a elaboração das pautas e dos argumentos abordados pelos jornais, permitindo com que certos temas passem a ser o foco da atenção jornalística em detrimentos de outros.

No que diz respeito às notícias propriamente ditas, o jornal Zero Hora abordou o tema no período analisado colocando em diferentes seções, ora na seção Geral, ora na seção de Economia, na seção de Opinião e, principalmente, na seção Campo e Lavoura [5]. Ao total foram publicadas 96 notícias. No ano de 2000 foram publicadas 45 notícias que enfatizavam os transgênicos no título ou no corpo da notícia. Dessas 45 notícias, 35 foram publicadas na seção Campo e Lavoura, três na seção Opinião, duas na seção Informe Especial, três na seção Geral e duas na seção Economia. As narrativas para tratar do tema foram variadas, valorizando desde as posições das empresas que, em alguns casos, desaprovam o plantio ilegal e que passam a fazer parte da lista verde do Greenpeace [6], até o posicionamento de entidades ambientalistas.

Das 45 notícias publicadas no ano de 2000, 17 salientam que o tema transgênico é um assunto controverso, que gera polêmica e debate, mostrando ao mesmo tempo, no corpo da notícia, argumentos a favor e contra o assunto, com títulos como: "Livro Reproduz Polêmica sobre transgênico" [7], "A Polêmica das Sementes" [8], "Transgênico Esquenta Debate na Fenasoja" [9], "Transgênico Divide Cientistas" [10]. Outras 15 notícias enfatizam as diversas atitudes governamentais para fiscalizar e impedir a comercialização e a plantação de alimentos geneticamente modificados, cujos títulos salientam: "Estado vai Recorrer a Liberação do Teste" [11], "Justiça Proíbe Colheita de Arroz Transgênico" [12]. Um conjunto de cinco notícias aponta para explicações de entidades ambientalistas, grupos de consumidores e cientistas que destacam os principais riscos à saúde humana: "ONG Britânica Condena Transgênico" [13]. Ainda seis notícias enfatizam perdas e ganhos econômicos com alimentos geneticamente modificados — "Quem Plantou Soja Transgênica Vai Perder" [14] — e duas salientam argumentos a favor, afirmando que não há nada que comprove o mal que tais alimentos fazem à saúde.

De maneira geral, esse jornal apontou o tema como inspirando cautela e, sobretudo, como um tema polêmico, apresentando ao mesmo tempo posições contrárias, que desaprovam os transgênicos, e posicionamentos a favor para indicar o quanto essa questão envolve um debate que ainda não apresenta concretamente os riscos reais desses alimentos. O jornal realizou inclusive uma pesquisa, a qual permitiu mostrar que os leitores desejam saber mais sobre esse tema, posto que é controverso e

polêmico. O uso de pesquisas e a recorrência a diversas fontes constituem um dos elementos de que os jornais podem lançar mão para reforçar seus argumentos. Nesse caso a pesquisa realizada contribuiu para ressaltar o caráter contraditório do assunto. Ao mesmo tempo, ao apresentar diferentes versões sobre o problema, esse conjunto de notícias contribui para salientar o argumento das contradições que envolvem os transgênicos, de sua controvérsia, cujas causas e conseqüências são conflitantes e ainda não estão definidas.

No ano de 2001, das notícias selecionadas nesse jornal, houve 39 sobre os transgênicos. Desse conjunto de 39 notícias, 22 fizeram referência à lavoura experimental de soja transgênica da empresa Monsanto, situada no município de Não-me-Toque, no Estado do Rio Grande do Sul, que foi invadida durante o Fórum Social Mundial e cuja invasão teve como " grande articulador" o francês Bové. Dessas 22 notícias, emergiram diferentes objetos relacionados à transgenia. Um conjunto de dez notícias se referiu ao autor do protesto, mostrando sua trajetória e os fatos que decorreram com ele depois da invasão à lavoura. Apresentado como " agricultor sindicalista que invadiu e destruiu lavoura de transgenia" [15], essas notícias salientaram a relação de Bové com atos de protesto contra a globalização. Ainda das 22 notícias sobre a lavoura de soja da empresa Monsanto, quatro se referiam aos prejuízos da empresa com a destruição da plantação, quatro apontaram que o fato reacendeu a polêmica dos transgênicos, três apresentaram posicionamentos de políticos e leitores contra a invasão em propriedades de estudos de transgênicos e uma apresentou o posicionamento de entidades ambientalistas que, frente ao fato, exigem maior fiscalização do governo. Do conjunto das 17 notícias restantes, seis salientaram posicionamento de entidades ambientalistas, ecologistas, cientistas e órgãos de defesa do consumidor sobre os riscos dos transgênicos. Ainda desse conjunto, ste notícias mostraram o assunto como um tema ainda polêmico, que gera discussões e debates entre diferentes atores, três matérias se referem a decisões políticas para impedir e fiscalizar e uma mostra empresas livres de transgênico.

Nota-se nesse período que, do conjunto das notícias publicadas sobre o tema, a maioria relatou o acontecimento espetacular ocorrido durante o Fórum Social Mundial destacando as características do autor do protesto. Tal episódio constituiu um dos fatores externos que influenciaram a produção de informações sobre os transgênicos nesse jornal, contribuindo para tornar esse assunto uma de suas pautas, fazendo-o permanecer no centro do debate público.

No ano de 2002, até o período considerado (agosto) [16], esse jornal publicou 12 notícias. Dessas 12 notícias, cinco versaram sobre medidas governamentais, principalmente sobre a rotulagem de produtos para fiscalizar os organismos geneticamente modificados. Das matérias restantes, quatro trataram o tema como

polêmico, uma aponta medida empresarial sobre o assunto e duas se referem a atitudes de entidades ambientalistas, grupos de Sem Terra, manifestantes contra tais produtos.
Já o jornal Correio do Povo dedicou um extenso número de notícias sobre os transgênicos no ano de 2000. De 37 notícias encontradas sobre esse tema, 23 foram publicadas no ano de 2000, dez no ano de 2001 e quatro até agosto de 2002. Isso demonstra o quanto o tema foi decaindo na imprensa no decorrer dos anos, atingindo sua maior publicação no ano de 2000. Do conjunto de 37 notícias, 25 foram publicadas na seção Rural e as 12 restantes na seção Geral e Panorama Econômico, o que de início indica como o problema está sendo construído, pois, mais do que um problema de caráter "geral" ou "econômico", a transgenia nesse caso é um problema relacionado ao "mundo rural", aos problemas da agricultura, do plantio e do "campo", como aconteceu também no jornal Zero Hora, em que o tema apareceu na maioria das vezes na seção Campo e Lavoura.

Nas matérias publicadas, o transgênico foi tratado de diferentes maneiras, abordando desde os aspectos de sua produção, plantação, tecnologia utilizada, perda da biodiversidade e impacto ao meio ambiente, até as questões relacionadas aos direitos do consumidor e a necessidade de conhecer os riscos que tais alimentos podem trazer à saúde. Além disso, as notícias salientaram a comercialização dos transgênicos, a entrada de produtos no Estado e a intensa fiscalização por parte dos órgãos estaduais.
No que se refere a essas 37 notícias, 22 tratam de medidas governamentais e ações do governo com relação aos transgênicos. E as 15 restantes destacam as ações das mais diversas entidades, como aquelas ligadas aos direitos do consumidor, ao meio ambiente e à pesquisa. Isso contribui para definir o tema como um problema que envolve atitudes dos governos, bem como um problema de ordem política.

Como se pode perceber em alguns fragmentos de notícias publicadas: (...)Segundo o secretário, José Hermeto Hoffmann, o procurador do Ministério Público Federal, João Carlos de Carvalho Rocha, adiantou que o acompanhamento servirá de referencial científico ao trabalho de fiscalização executado pela secretaria(...) [17]
(...)O delegado do MA/RS, Paz Dutra, garantiu ontem que a fiscalização do ministério é transparente e pode ser acompanhada por qualquer pessoa. O órgão não admite, no entanto, interferência nas ações. A SAA não tem competência para fiscalizar lavouras suspeitas [18].

Do conjunto das notícias publicadas por esse jornal, destacaram-se aquelas que valorizaram o controle do governo e de órgãos estaduais, especialmente da Secretaria da Agricultura, tanto no que diz respeito ao consumo, à pesquisa com alimentos transgênicos e à fiscalização, quanto medidas de impedimento de entrada no Estado dos produtos suspeitos. Ao priorizar o posicionamento de fontes governamentais que adotam medidas para regulamentar a prática dos transgênicos desde sua produção até o

consumo, o jornal contribui para valorizar o argumento da fiscalização e do cumprimento de medidas legais dos produtos.

O informativo eletrônico Agir Azul abordou os transgênicos, no período considerado, apresentando principalmente as ações de entidades ambientalistas no que diz respeito à fiscalização dos transgênicos e ao seu consumo. As matérias, em sua maioria, em lugar da controvérsia e da valorização de diferentes visões sobre o assunto, por um lado, apresentam um conjunto de denúncias de alimentos nos quais foram constatadas as presenças de organismos geneticamente modificados, por outro lado priorizam divulgar a atuação de entidades ambientalistas na divulgação desses produtos. Esse informativo salienta o argumento do direito dos consumidores de escolherem o que querem consumir, por isso aponta a necessidade de divulgar produtos com tais organismos. A divulgação do Guia Vermelho do Consumidor, uma lista com produtos que circulam no mercado em que constam produtos geneticamente modificados, foi um dos instrumentos utilizados pelo jornal para mostrar tais produtos. Os argumentos salientados apontam tanto para o prejuízo do consumidor que não sabe o que está consumindo, quanto para as perdas do produtor que, ao usar sementes transgênicas, perde o direito de guardar a sua semente, uma vez que a semente transgênica é estéril. Conforme uma passagem da Carta do Rio Grande publicada no informativo: (...) Considerando a centena de evidências cientificas e experimentais de muitas partes do mundo, que demonstram ser os transgênicos uma ameaça e um risco à saúde humana e à segurança alimentar, além de transgressores dos processos harmônicos da natureza (...). Considerando que o cidadão, enquanto consumidor ou produtor, está sendo lesado no seu direito fundamental de liberdade de opção no consumo ou na produção. Ao consumidor é negado o direito básico de informação sobre o conteúdo dos alimentos, enquanto ao agricultor é negado o direito de guardar a própria semente colhida, que será estéril pela introdução do gene terminator (...) [19].

Tal informativo relaciona, entre os principais problemas dos transgênicos, a ameaça à saúde humana e ao meio ambiente. Por um lado, eles abalam a segurança alimentar e, por outro, transgridem os processos harmônicos da natureza. Além disso, proporcionam monopólio da produção, uma vez que: (...) a produção e os negócios resultantes das pesquisas que envolvem a transgenia estão nas mãos de um grupo cada vez menor de empresas transnacionais que se fundem e passam a controlar áreas fundamentais a sobrevivência da humanidade e das espécies em geral, como as sementes, as processadoras e distribuidoras de alimentos, a petroquímica e a química fina (...) [20].

O transgênico, para tal jornal, é tanto um problema para quem consome como para quem o produz. O jornal eletrônico Ambiente Já apresenta na maioria das suas notícias medidas governamentais proibindo alimentos geneticamente modificados, bem

como posições de órgãos, partidos políticos e entidades ambientalistas com relação aos transgênicos. Esse jornal tem duas maneiras de apresentar as matérias, uma dessas maneiras é através do acompanhamento legislativo que faz apontando as medidas legislativas que foram tomadas com relação ao assunto, e a outra é através das matérias sobre o tema de uma maneira mais geral que, nesse caso, se referiram na maioria das vezes às ações das organizações não-governamentais contra os organismos geneticamente modificados. Como se pode ver nas notícias selecionadas abaixo:

Alertando para o início do plantio da próxima safra de soja, o deputado Elvino Bohn Gass disse que os produtores rurais devem ficar atentos aos riscos do plantio ilegal de sementes geneticamente modificadas. Ele lembra que o plantio comercial e a comercialização da semente transgênica continuam proibidos pela justiça federal. A MONSANTO e a Associação de Produtores de Semente também lançaram, na ultima semana, uma campanha com essa intenção. Apesar de a MONSANTO estar na campanha, Bohn Gass acredita que a maior preocupação da empresa é garantir o lucro com a sua patente de transgênico. E o exemplo do agricultor canadense, Percy Schmeiser que foi processado e multado sob a alegação de que teria violado a patente da empresa, no caso da canola resistente a herbicida. O agricultor teve que pagar, no ano passado, US$ 112 mil 450 dólares de perdas e danos e mais as custas processuais da MONSANTO [21].

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou posições sobre questões ambientais que defendeu durante a campanha eleitoral. Segundo o Greenpeace, Lula, assegura, essas questões, que defenderá a proibição da liberação comercial de transgênicos e a de reservas extrativistas e terras demarcadas. Disse ainda que não permitira que qualquer ruralista altere o Código Florestal para aumentar o desmatamento da Amazônia. Quanto à política energética, Lua comprometeu-se a desenvolver fontes alternativas [22].

As notícias na sua maioria apontam posicionamento de partidos políticos, deputados e entidades ambientalistas, como também ações governamentais contra os transgênicos. Do conjunto de oito notícias publicadas, sete apontavam posicionamentos contrários de políticos e entidades ambientalistas que salientam os riscos dos transgênicos para a saúde humana, comprovados por pesquisas cientificas, e enfatizam os perigos que podem causar à economia através das patentes das sementes.

Os jornais Agir Azul na Rede e Ambiente Já, que dedicam uma cobertura específica à temática ambiental, comparados aos jornais voltados para um jornalismo comercial como Zero Hora e Correio do Povo, publicaram um número de notícias bem menor nos anos analisados. O Agir Azul publicou dez notícias nos anos de 2000, 2001 e 2002, com uma produção que não é diária, mas mensal. O jornal Ambiente Já tem oito notícias publicadas apenas no ano de 2002, nenhuma no ano de 2000, nem 2001, e com uma produção diária de notícias. Entretanto, convém mencionar que o jornal Ambiente Já passou por algumas modificações na sua estrutura e editoria nos anos de 2001 e

2002, o que provocou certas alterações na produção de notícias, diminuindo inclusive a freqüência, pois o jornal ficou durante um certo tempo com um quadro instável de jornalistas. No ano de 1999 o jornalista responsável pelo informativo foi convidado para trabalhar no governo do Estado do Rio Grande do Sul, deixando o espaço descoberto. Nos anos de 2000 e 2001 houve uma certa instabilidade na produção de notícias, já que muitos profissionais do jornalismo entravam e desistiam do informativo no decorrer do percurso. Mas foi somente no ano de 2002 que esse quadro se estabilizou.

3 CONCLUSÃO

Esse trabalho permitiu identificar três modelos de argumentos: o argumento polêmico, o argumento da fiscalização e o argumento dos riscos. O jornal Zero Hora, ao salientar o tema como um tema polêmico que provoca divisões entre cientistas, ambientalistas e empresários, está contribuindo para definir a questão dos transgênicos como algo que requer cautela. Mais do que relacioná-lo à questão ambiental, o jornal relata que esse problema ainda não está definido, seus riscos e prejuízos são ainda discutíveis. O jornal Correio do Povo, ao destacar atitudes e medidas do governo com relação à comercialização e fiscalização dos alimentos, contribui para defini-lo como um problema político que exige atitudes governamentais de fiscalização para cumprir medidas legais. Já os jornais voltados ao "jornalismo ambiental", ao priorizar as atitudes de organizações ambientalistas e até mesmo partidos políticos e agentes políticos contra os transgênicos, apontando os riscos que tais alimentos podem provocar à saúde, ao meio ambiente e à economia, contribuem para valorizar o argumento dos riscos e dos perigos.

Mas esses modelos diferenciados também estão relacionados às propostas editoriais de cada jornal e aos seus limitadores internos e externos. Os jornais Zero Hora e Correio do Povo, na medida em que estão voltados para um jornalismo comercial, destinado à venda e preocupados em publicar assuntos variados sobre temas diversos para um grande público, se aproximam quanto às suas linhas editoriais, sendo afetados pelas mesmas limitações, embora em níveis diferentes. Já os jornais Agir Azul na Rede e Ambiente Já, uma vez que estão voltados para um jornalismo que pretende tratar apenas o tema meio ambiente, tem propostas editoriais semelhantes. O Agir Azul na Rede, por ser um jornal eletrônico de uma entidade ambientalista, tem como proposta dar espaço às posições de entidades ambientalistas quanto aos mais variados temas ambientais. O jornal Ambiente Já, conforme definição presente em sua página eletrônica (www.ambienteja.com.br), está "preocupado com o desenvolvimento da consciência ecológica" e tem como objetivo " oferecer informação de alta qualidade na área de meio ambiente" através de notícias produzidas por " jornalistas especializados e com a colaboração de engenheiros, legisladores e consultores".

Mas a manutenção ou o aparecimento de um assunto na mídia não depende das condições perigosas e prejudiciais que os problemas carregam, mas sim das condições da mídia em manter ou apresentar tais problemas. Essas condições estão relacionadas às capacidades que os meios de comunicação possuem e que são ao mesmo tempo os principais limitadores da ação da imprensa. Essas capacidades e limitações consistem na disputa entre os problemas sociais para atrair a atenção dos jornalistas, bem como as seções em que aparecem as matérias, o número de jornalistas para escrever sobre o assunto, o tempo e o espaço disponível pelo jornal para produzir histórias.

Nos jornais comerciais como Zero Hora e Correio do Povo o tema transgênico sofre altas e quedas no período considerado, tendo um número elevado de notícias no ano de 2000 e um número cada vez mais reduzido nos anos seguintes. Isso está relacionado ao fato de que há uma competição entre os problemas sociais para atrair a atenção pública, em especial a atenção da "grande mídia", e isso faz com que alguns assuntos passem a ter mais visibilidade enquanto que outros tendem a cair (BOSK, 1988; GAMSON, 1989). Nesse sentido, o tema transgênico compete com outros assuntos, tais como economia, política, educação, polícia, esporte, que devem entrar na pauta diária dos jornais. Essa competição é afetada por um conjunto de fatores externos, dentre as quais podem ser colocadas as medidas governamentais, a mobilização de grupos e suas atividades reivindicatórias, que contribuem para atrair a atenção dos jornalistas para alguns fatos, em detrimento de outros. Ao abordar certos temas o jornalista faz uma opção que permite a queda de certos assuntos e a valorização e a manutenção de outros.

Os problemas tendem a subir e a descer constantemente na imprensa conforme apareçam outros que despertem uma maior atenção dos jornalistas. Assim, quando o tema transgênico está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas. Já na mídia que trata especificamente dos problemas ambientais, o tema transgênico tende a ter uma maior estabilidade em termos de publicação.

Além da concorrência entre os problemas sociais, o número de jornalistas disponível para cobrir certos temas também afeta a produção de notícias. O jornal Zero Hora, por contar com um quadro de jornalistas maior que os demais jornais, assim como por contar com mais espaço no interior do jornal para publicar notícias, permite um número mais elevado de matérias publicadas sobre o tema no período considerado. Enquanto o Correio do Povo apresentou um total de 37 notícias, o jornal Zero Hora apresentou um total de 96 matérias. Em contrapartida, pelo fato de ambos jornais não contarem com seção específica para tratar do tema, a tendência é que tal assunto sofra quedas e altas dependendo da influência dos fatores externos.

Convém salientar que os jornalistas inseridos nos informativos eletrônicos analisados apresentam uma participação destacada em movimentos ambientais e grupos voltados à defesa do meio ambiente. Tais participações constituem um dos fatores determinantes na produção de notícias, uma vez que a formação de modelos argumentativos depende tanto dos limitadores da ação da imprensa, quanto da história biográfica e profissional daqueles jornalistas responsáveis pelas matérias [23] (JUHEM, 1999).

RESUMEN
Este artículo presenta un análisis de las noticias publicadas sobre las semillas transgénicas en los periódicos gauchos direccionados a un "periodismo comercial" y aquéllos vinculados al llamado "ecoperiodismo". El análisis permitió demostrar ciertas confrontaciones entre los principales modelos argumentativos usados por los periódicos al producir información sobre los transgénicos, además, contribuyó para revelar que los dos espacios de producción de noticias ambientales considerados poseen dinámicas de funcionamiento, formas de organización y esquemas de percepción que los distinguen.

Palabras clave: Periodismo. Prensa. Transgénico. Noticias Ambientales.

ABSTRACT
This article presents an analysis of the news published on the transgênicas seeds in periodicals gauchos directed to a "commercial journalism" and that tied with the call "ecojournalism". The analysis allowed to show certain confrontations between the main argumentative models used by periodicals in the production of inf ormation on the transgênicos, as well as it contributed to disclose that the two spaces of production of considered ambient notice possess functioning dynamic, forms of organization and schemes of perception that if they differentiate.

Key words: Journalism. Press. Transgenics. Enviromental News.

REFERÊNCIAS

BLUMER, H. Social problems as colletive behavior. **Social Problems**, v.18, n. 3, 1971.

BOSK, C.; HILGARTNER, S. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **AJS**, v. 94, n. 1, p. 53-78, July 1988.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião.** Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____ A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: CHAMPAGNE, P. et all. In: **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998b, p. 171-227.

_____A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (coord) **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 63-79.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, **A. Media discourse and public opinion on nuclear power**: a aonstructionist approach. **AJS**, Vol 95, n. 1, p. 1-37, July 1989.

HANNIGAN, J. Sociologia Ambiental. **A formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

JUHEM, P. Luttes partisanes et fluctuations dês cadres cognitifs dês journalistes. (Comunication pour au congrès de L'Afsp de Rennes, Tables ronde: Lês effets d'information (mobilizations préférences agendas, dirigée par Jacques Gerstlé,) sept. 1999. Disponível no site: www.perso.club-internet.fr/juhem/

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al.**Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106.

PETRARCA, F. Jornalismo e meio ambiente no RS: trajetórias profissionais e lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais. **Revista Teoria e Pesquisa,** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. Dossiê Profissões, n. 40/41, p. 107-136, jan./jul. 2002.

SILVEIRA, C. A..da; ALMEIDA, J. Significados sociais das biotecnologias: o campo de disputas em torno das sementes transgênicas no Rio Grande do Sul. **Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS** - GT Processos e Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, RJ, 23-27 out. 2000.

NOTAS

1 — Esse artigo compõe um dos capítulos de minha dissertação de mestrado, intitulada: "Conflitos, Trajetórias e Engajamento dos Jornalistas na Produção de Notícias Ambientais no Rio Grande do Sul", defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS, sob a orientação do professor doutor José Carlos Gomes dos Anjos.
2— As notícias foram selecionadas por apresentarem no título ou no corpo da matéria referência direta aos transgênicos.
3— Governador Olívio Dutra.
4— Lei número 9.453, de 10 de dezembro de 1991.
5— Tal jornal não possui seção específica para meio ambiente.
6— O Greenpeace, organização ambiental que tem controlado produtos com alimentos geneticamente modificados, criou uma lista, a qual denominou de Lista Verde, para colocar o nome de empresas que não utilizam organismos geneticamente modificados em seus produtos.
7— Noticia publicada em 23/03/2000, p. 36.
8— Noticia publicada em 14/07/2000, p.7.
9— Noticia publicada em 02/04/2000, p. 34.
10— Noticia publicada em 12/07/2000, p. 30.
11— Noticia publicada em 19/02/2000, p. 21.
12— Noticia publicada em 29/03/2000, p. 26.
13— Noticia publicada em 16/02/2000, p. 26.
14— Noticia publicada em 18/02/2000.
15— Trecho extraído de uma noticia publicada em 30/01/2001.
16— A definição dessa data está relacionada ao período definido para o levantamento dos dados empíricos necessários para compor minha dissertação de mestrado.

17— Notícia publicada em 09/03/00-Rural, p. 18.
18— Notícia publicada em 09/03/00-Rural, p. 18
19— Notícia publicada em agosto de 1999.
20— Trecho extraído da notícia publicada em agosto de 1999.
21— Notícia publicada em 02/11/02.
22— Notícia publicada em 05/11/02.
23— Sobre a relação entre produção de notícias ambientais e trajetórias dos jornalistas no RS, ver: PETRARCA (2002).

Copyright (c) 2005 Autor(es) / Copyright (c) 2005 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal. Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.



Selo CC-BY-NC com Direito Autoral_2005